

A DEPRECIÇÃO E SEU REFLEXO NA RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS EMPRESAS DE CALÇADOS DE FRANCA

Marcelle Antequera Valente – Uni-FACEF –

Bolsista do PIBIC - CNPq)

Orientadora: Prof. Ms. Marinês S. J. Smith (Uni-FACEF)

INTRODUÇÃO

A modernização dos equipamentos de uma empresa reduz os custos com manutenção e os riscos de suspensão das operações por problemas inesperados em seus maquinários. Para manter a competitividade no mercado atual, preservar os investimentos, informações e clientes, as empresas devem seguir uma política de constante atualização da infra-estrutura tecnológica antes desta perder a sua capacidade produtiva. Muitos autores destacam a importância da apuração da depreciação na administração do imobilizado, pois, ela registra o desgaste dos bens, se bem alocada ao custo pode ajudar a recuperar o valor do investimento e ainda aumenta o fluxo de caixa da empresa. Entretanto, Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007) destacam que a empresa precisa gerar lucro suficiente para cobrir as despesas e os custos, inclusive este da depreciação apurada, para então assegurar-se da recuperação parcial do investimento. E ainda destaca que para a depreciação se propusesse a reposição dos bens em seu valor integral, seria necessário apurar a Depreciação com base no valor de reposição e não do custo original como é sugerido pela legislação.

As empresas podem gerar fundos para investimentos em renovação tecnológica de seus maquinários e equipamentos, através da apuração da depreciação de seus ativos imobilizados que estão em uso. Pois, a ela registra que ativos fixos estão sendo desgastados e tornando-se obsoletos (BRIGHAM; GAPENSKI; EHRHARDT, 2001) e “quando as despesas de depreciação aumentam, o fluxo de caixa da empresa melhora, provendo mais fundos para fornecer as suas atividades [...]” (GROPPELLI; NIKBAKHT, 1999).

Para tanto é necessário que a informação contábil seja expressa de maneira precisa e correta, pois é a partir dela que o gestor administrativo baseará suas decisões e se convencerá de que

a depreciação não representa um desembolso de caixa, no sentido de que a empresa não desembolsa pela despesa de depreciação como o faz para pagar salários e ordenados [...] ela produz fluxos de caixa adicionais para a empresa (GROPPELLI; NIKBAKHT, 1999, p. 33).

Desta forma, é relevante que as empresas de calçados de Franca, observem a importância da renovação tecnológica para minimizar problemas com equipamentos, e evitar possíveis suspensões de operações decorrentes de falhas em maquinários, aumentando assim a qualidade de seus produtos e mantendo-se competitivos no mercado atual. E que reconheçam a informação contábil que demonstra que a depreciação deve ser incluída no custo dos produtos, pois, é a fonte de geração de fundos disponibilizados para sustentar o orçamento de capital e contribuir na renovação de máquinas e equipamentos.

1. Conceitos de Depreciação e suas aplicações

A Contabilidade é a ciência que estuda a variação patrimonial das empresas e seus resultados, por meio das demonstrações contábeis, algumas exigidas por lei, outras apenas para controle gerencial das empresas. Tais demonstrações são utilizadas como ferramentas que se transformam em fonte de informação e permite verificar a qualquer momento a situação da empresa e o andamento dos negócios, auxiliando na tomada de decisões.

As demonstrações contábeis são compostas por contas, que se dividem em patrimoniais ou de resultado e possuem igual grau de importância dentro da contabilidade. Dentre às contas em geral, o foco principal de estudo será a conta Depreciação, que é apresentada como,

[...] um dos conceitos mais importantes da contabilidade, devido não só à sua presença praticamente em todas as demonstrações de resultados, como também à sua relevante participação percentual no total de gastos (custos e despesas) da maioria das empresas particularmente das companhias industriais. (OLIVEIRA A., 2002, p. 25)

A partir da importância da Depreciação na Contabilidade, esta será estudada à luz da Teoria Contábil, observando seus conceitos e aplicação nas diversas áreas contábeis e na administração financeira, pois, as empresas têm por necessidade comprar bens dos quais dependem para a realização de sua atividade

principal, esses se classificam no ativo imobilizado, e podem ser depreciados ao longo de sua vida útil.

De acordo com Anthony (1972, p. 123) a Depreciação “[...] é o processo contábil que transforma de forma gradual o ativo fixo em despesa [...]” ao longo do tempo, considerando que, ela consiste no reconhecimento contábil de que os bens produtivos se desgastam à medida que são usados, ou que, simplesmente envelhecem (PIZZOLATO, 2000).

“A visão dos ativos como um composto conduz, por sua vez, a uma definição de depreciação em termos de preservação de capital”, onde “[...] o lucro surge somente se o capital aplicado no final do período for superior ao aplicado no início”. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 334).

1.2. A Depreciação e as diversas áreas da Contabilidade

O estudo da Depreciação é destacado por autores de obras direcionadas para a contabilidade básica, contabilidade gerencial, contabilidade tributária, contabilidade de custos, contabilidade financeira e administração financeira, pois ela é uma ferramenta contábil capaz de auxiliar nas demonstrações contábeis, no fluxo de caixa de uma empresa, nos custos e sua alocação nos produtos e no preço de venda.

Para tanto, é importante ressaltar os conceitos utilizados em cada uma das áreas em que a depreciação é definida e utilizada como instrumento capaz de colaborar de maneira relevante e positiva a contabilidade e a administração de uma empresa.

Nos livros de Contabilidade Básica, as abordagens são genéricas, sendo utilizadas para introduzir a existência das ferramentas contábeis, sem fornecer subsídios que ajudam na aplicação dos conceitos por ela destacados, geralmente voltados para iniciantes. Observa-se que de acordo com Ribeiro (2005, p. 229), que a depreciação significa “a importância que corresponde à diminuição do valor dos bens do Ativo resultante do desgaste pelo uso, pela ação da natureza e obsolescência normal”, uma definição genérica do significado de tal ferramenta para a contabilidade. Assim como para Marion (1988a, p.176), que ressalta que,

[...] os bens do imobilizado, com o passar do tempo, em virtude do uso, vão sofrendo deterioração física perdendo sua

eficiência funcional. Esse desgaste ocorrido no período é contabilizado como despesa denominada depreciação.

O campo da Contabilidade de Custos apura os gastos, custos e despesas necessárias à fabricação dos produtos, para através destes dados constituírem o preço de venda. A depreciação é considerada custo quando está ligada a maquinários da produção, Padoveze (2003, p. 25) afirma que “considera-se como insumo industrial de depreciação a perda de valor dos ativos imobilizados utilizados no processo industrial [...] Essa perda de valor é um gasto e, sendo da área industrial é um custo de fabricação”. Os custos de fabricação são itens essenciais para a formação do preço de venda dos produtos, por isso é necessário que “se considere o custo anual da depreciação, caso contrário o lucro apurado não será real, impedindo o empresário repor seus bens à medida que forem desgastando-se ou desatualizando-se” (MARION, 1988a, p. 177).

Observando as obras cuja abordagem principal é a Contabilidade Gerencial, que visa registrar, controlar e gerenciar os recursos disponíveis à atividade da empresa por meio das informações contábeis de uso exclusivo interno, que auxiliam a tomada de decisões na empresa, pode-se notar a partir da teoria de Hendriksen e Van Breda (1999, p. 324) uma definição minuciosa, pois, os autores explicam que “a depreciação contábil é a alocação racional e sistemática do custo original de um ativo (menos o valor residual, se houver) ao longo da vida útil esperada do ativo [...]”, ou seja, a parcela de perda do valor do bem ocasionada pelo desgaste de uso ou pela ação do tempo é deduzida ao longo do tempo de seu valor original, no balanço patrimonial, através da dedução da conta Depreciação Acumulada.

A Administração Financeira é uma subárea da Administração, considerada de suma importância nas organizações, pois ela gerencia os recursos financeiros (fluxo de dinheiro) da empresa indispensável para que a empresa tenha meios para a realização de suas atividades. Segundo Assaf Neto (2002, p. 139) a depreciação pode ser conceituada

[...] como a perda de valor experimentada pelos bens fixos tangíveis da empresa, em consequência de um serviço proporcionado. Esse processo de desvalorização do imobilizado é recuperado por meio da venda dos produtos finais. A depreciação é uma despesa e, como tal, é repassada no preço de venda do produto.

A Contabilidade Tributária é a área da Contabilidade que controla as obrigações tributárias da empresa de acordo com as exigências da legislação e torna possível conhecer e analisar a carga de tributos pagos pela empresa, possibilitando a implantação de um planejamento tributário. No Regulamento do Imposto de Renda é ressaltada a importância da diminuição do valor dos bens do ativo imobilizado como consequência do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal, que será alocada como custo se os bens depreciados forem da produção ou despesa operacional para os demais bens depreciados (OLIVEIRA G., 2005). Estes custos e despesas de depreciação ao serem lançados no demonstrativo de cada exercício, diminuirão o lucro do período, ocasionando uma carga tributária com valor reduzido.

A Contabilidade Societária ou Financeira, reproduzida na forma da Lei 6.404 de 1976, informa que deve constar no grupo do Imobilizado a conta Depreciação, a qual se apresenta como redutora e com saldo acumulado. Em 28 de dezembro de 2007, a Lei das S.A.s, sofreu modificações advindas através da Lei 11.638, o ativo permanente, que era subdividido pelas contas investimento, imobilizado e diferido, teve a inclusão da conta intangível, passando a figurar no ativo permanente, portanto as contas de investimento, imobilizado, intangível e diferido (LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS, 26/02/2008).

Assim, pode-se considerar que os conceitos de depreciação abordados pelos diversos autores da contabilidade podem ser aplicados em diversas áreas da contabilidade e de finanças, uma vez que possuem o mesmo teor, com apenas algumas considerações mais abrangentes como é o caso da Administração Financeira, Contabilidade Societária ou financeira, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial e da Contabilidade Tributária, e outras nem tanto, utilizando-se de um conceito mais genérico, como a Contabilidade Básica.

1.3. Contabilização e Critérios de Apuração

No Balanço Patrimonial das empresas, os elementos que integram o ativo imobilizado têm período limitado de vida útil econômica, com exceção de terrenos e alguns outros itens (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007), no grupo do imobilizado são registrados os bens utilizados nas empresas, ou seja, que tem utilidade operacional para a entidade (IUDÍCIBUS, 1987, p. 167) e possibilitam a

realização da atividade principal, contribuindo na geração de lucros para a empresa. Por isso, “[...] o custo de tais ativos, deve ser alocado aos exercícios, beneficiados pelo seu uso no decorrer de sua vida útil econômica” (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007, p. 221).

A alocação do custo dos bens só pode começar a ser registrada nos exercícios contábeis após o início de uso do objeto imobilizado, podendo ser, de acordo com a Legislação, feita mensalmente, trimestralmente ou anualmente, sendo destacadas como uma despesa durante os períodos em que são utilizados, gerando assim uma diminuição do valor de bens do Ativo Imobilizado normalmente resultantes do desgastes pelo uso, processo este chamado de Depreciação pela Contabilidade (MARION, 2007b, p. 225). Entretanto, a não contabilização do custo ou despesa com depreciação em um exercício contábil, não poderá ser lançado com valor acumulado com a finalidade de se recuperar o valor em exercícios posteriores.

O lançamento contábil da Depreciação de acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 197),

[...] registra um débito às contas de despesas do período (ou custos, se os ativos forem utilizados na produção) e um crédito à conta de Depreciação Acumulada, conta credora que demonstra o total da depreciação acumulada até a data, sendo apresentada nas demonstrações financeiras como redutora da conta de custo.

De acordo com a Legislação do Imposto de Renda, “a depreciação só será deduzida pela pessoa jurídica que admitir o encargo econômico do desgaste ou obsolescência, de acordo com as condições de propriedade, posse ou uso do bem”, sendo que “o montante acumulado de depreciação, não poderá exceder o custo de aquisição do bem”. (NEVES E VICECONTI, 2001a, p. 114)

Ao observar Legislação do Imposto de Renda, as taxas fixação de Depreciação fixadas são as seguintes:

Tabela 1 - Taxas de Depreciação admitidas pela Legislação do Imposto de Renda

Espécie de Bens	Taxa anual	Vida útil estimada
Edifícios e Construções	4%	25 anos
Equipamentos ferramentais, máquinas, móveis e utensílios, instalações etc.	10%	10 anos
Semoventes (animais de tração)	20%	5 anos
Veículos	20%	5 anos

Fonte: NEVES; VICECONTI, 2001a, p. 112.

Para controle interno das empresas, a Contabilidade Gerencial pode utilizar taxas de depreciação superiores às exigidas pela Legislação do Imposto de Renda (NEVES; VICECONTI, 2001a), desde que sejam ajustadas no LALUR, ou “[...] suportadas por laudo pericial do Instituto Nacional de Tecnologia, ou de outra entidade oficial de pesquisa científica ou tecnológica (art. 310, § 2º, do RIR/ 99) [...]”, porém, se as taxas adotadas forem menores que as exigidas, não haverá problemas com o fisco. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

Existem diversos critérios para apurar a depreciação, no entanto serão abordados apenas os principais e mais utilizados para calcular o valor de depreciação dos ativos imobilizados, são eles:

- método das quotas constantes: fundamenta-se na premissa, de que a depreciação é apurada em função do tempo e não do uso do bem, pois a eficiência do equipamento é constante ao longo dos anos, não sendo considerado o fator custo de capital (IUDÍCIBUS, 1987). Calcula-se o valor da depreciação dividindo o valor do bem a ser depreciado pelo seu tempo de vida útil estimada (conforme estabelecido pela Legislação Tributária).
- método da soma dos dígitos: é considerado um método linear porque proporciona quotas de depreciação maiores no início e menores no final da vida útil do bem. Para tanto, o cálculo é feito a partir da soma dos algarismos que formam o número de anos de vida útil do bem, e o valor da depreciação a ser contabilizada a cada ano é representado por uma fração cujo denominador apresenta a soma dos algarismos dos anos de vida útil, e o numerador é o número de anos de vida útil do bem (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).
- método de horas de trabalhadas: este método estima as horas de vida útil do bem e propõe a divisão entre o total de horas trabalhadas e o número total de horas de horas - vida (CAMPIGLIA; CAMPIGLIA, 1995). Este método é próprio das empresas industriais.
- método de unidade produzidas: é um método utilizado por empresas industriais, e semelhante ao método de horas trabalhadas, o cálculo é feito com base em estimativas de quantidade de unidades capazes de serem produzidas durante a vida útil do bem (BUARQUE, 1984). Nesse critério o cálculo seria a divisão entre o total de unidades produzidas e o número estimado de unidades produzidas.

Existe também a possibilidade de depreciar bens de uma maneira mais rápida e em um número menor de anos, devido ao uso intensivo dos mesmos

podendo ser utilizado a depreciação acelerada e da depreciação incentivada. Aprofundando um pouco mais sobre estes métodos, pode-se observar:

- depreciação acelerada: de acordo com Neves e Viceconti (2001a, p. 116) “a depreciação acelerada é o registro contábil da diminuição do valor dos bens móveis, resultantes de desgaste pelo uso em regime de operação superior ao normal”. Desta forma, “[...] quanto maior a quantidade de turnos diários de operação, maior será a contabilização de encargos dedutíveis na apuração do resultado tributável [...] (OLIVEIRA G., 2005, p.192). A Instrução Normativa SRF nº 162, de 31/12/1998 art. 312 aceita a aceleração na depreciação dos bens da empresa, em função do número de horas diárias de operação, sendo obrigatório o uso dos coeficientes exigidos na Legislação.
- depreciação incentivada: a depreciação incentivada é um incentivo fiscal controlado no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), com objetivo de estimular as empresas a modernizar e ampliar suas máquinas e equipamentos industriais. (NEVES; VICECONTI, 2001a). Para este critério são previstos taxas de depreciação adicionais (OLIVEIRA G., 2005), de acordo com Neves e Viceconti (2001a, p.117), “existem 4 tipos de Depreciação Acelerada Incentivada, previstos nos arts. 314 a 323 do Regulamento do imposto de Renda (RIR/99), todos eles beneficiadores de implantação de equipamentos novos”.

A depreciação incentiva pode ser foi juntamente com a acelerada de maneira cumulativa, devido ao veemente uso dos equipamentos (NEVES; VICECONTI, 2001a).

1.4. A depreciação como fonte da geração de fundos de capital e renovação ou reposição de bens do ativo imobilizado;

O problema de reposição de bens depreciáveis é muito pouco abordado na literatura técnica, talvez por causa da ênfase dada á questão da recuperação do capital investido, quando se trata do mecanismo da depreciação. O problema central das decisões relacionadas com a substituição de bens depreciáveis pode ser definido como um confronto entre liquidez e rentabilidade. As quotas de depreciação são inseridas nos custos para serem recuperadas pelas receitas, e representavam uma forma de recuperar o capital investido na produção. (GONÇALVES, 2001, p. 72)

Os fundos gerados através da Depreciação mostram que as empresas estão tendo seus ativos fixos desgastados e obsoletos pelo uso e conseqüentemente seu valor reduzido, conforme reportado no Balanço Patrimonial, por isso a empresa que se apresenta em atividade operacional contínua, devem reinvestir alguns ou todos os fundos gerados pela depreciação em novos ativos fixos (BRIGHAM; GAPENSKI; EHRHARDT, 2001).

O processo de produção de uma empresa ao longo dos anos somada a inovação tecnológica constante de maquinários oferecidos no mercado, vão deixando os bens desatualizados, prejudicando assim o andamento da produção, a qualidade dos produtos e gerando custos adicionais, devido à falta de contabilização da depreciação conseqüente da obsolescência tecnológica sofrida pelos bens. Segundo Machado e Pizysieznic Filho (2002, p. 02)

“A dinâmica tecnológica, cada vez mais intensa, tem levado a um crescimento no custo das empresas causado pela obsolescência tecnológica. Muitas vezes os equipamentos estão em boas condições físicas de uso, mas, em tese, já deveriam ter sua depreciação completamente contabilizada devido à obsolescência [...] As empresas que não estão atentas a este fenômeno, arcam com um custo sem a devida contabilização. A desconsideração do custo da obsolescência irá afetar os demonstrativos financeiros e, conseqüentemente, terá impactos na tributação”.

A importância de considerar a depreciação mostra-se através do lançamento e registro da despesa de depreciação e outras despesas consideradas não-desembolsáveis que, permitem que a empresa contribua com menos impostos, pois desta forma elas diminuem o lucro tributável (GITMAN, 1997), assim a ausência do lançamento das despesas de depreciação, implica em superavaliar o lucro, e, conseqüentemente o imposto de renda e a distribuição de dividendos, induzindo a empresa distribuir junto com seu lucro uma parte de seu capital (BITTENCOURT; MAGALHÃES; MELLO, 2006).

A relevância da discussão em torno da apuração da Depreciação e da importância de seu registro como uma informação contábil que vai muito além de um mero cumprimento da legislação, mas sim como elemento importante na eficácia da gestão empresarial para a reposição de máquinas e equipamentos que tem reflexo na redução de custos com manutenção de imobilizado e aumento de produtividade, qualidade e, portanto melhor competitividade.

Ela pode ser vista como importante instrumento, capaz de auxiliar na geração de fundos que poderão ser utilizados para repor os bens sucateados. Ao observar as origens da geração de fundos, nota-se que a maioria vem dos lucros, da depreciação, dos aumentos de capital e de empréstimos a longo prazo, pois os lucros após deduzidos impostos e depreciação são considerados fonte de fundos (GROPPELLI; NIKBAKHT, 1999). Embora, segundo Gitman (1997, p. 77) “[...] algumas pessoas não definem a Depreciação como uma fonte de fundos, ela é fonte de fundos no sentido que representa a não utilização dos fundos [...]”.

Através da apuração da Depreciação, é possível recuperar os recursos financeiros investidos em ativos imobilizado, que propiciará para a empresa à substituição dos bens já sucateados ou totalmente depreciados perante a contabilidade. Pois, de acordo com Ludícibus, Martins e Gelbcke (1995, p. 312), é necessário evidenciar que “os elementos que integram o ativo imobilizado têm período limitado de vida econômica. Dessa forma, o custo de tais ativos deve ser alocado aos exercícios beneficiados pelo seu uso no decorrer de sua vida útil econômica”. Porém, se a empresa não efetuar a depreciação periodicamente ou, fazê-la estimando valores abaixo do real (menores do que é preciso para repor o poder de compra dos fundos investidos), sofrerá naturalmente um processo de deterioração de seu capital (ASSAF NETO, 2002), ficando sem recursos para repor os bens sucateados ou mesmo adquirir novos bens.

É necessário ressaltar que a depreciação gera fundos a medida em que é deduzida com despesa no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício, e alocada no custo e no preço de vendas dos produtos, mas que o capital que representa o valor desta despesa não sai da empresa, ou seja, não é desembolsado. Estes fundos gerados pela depreciação ficam misturados aos lucros e muitas vezes não são distinguidos para serem reservados. Assaf Neto (2002, p. 140) pondera que, “a depreciação não visa ao incremento de lucros. Tem por finalidade fundamentalmente arrecadar certa quantidade de dinheiro, por meio dos preços de venda dos produtos, visando manter a integridade monetária dos recursos investidos e, se possível, repor os bens fixos”.

Porém do ponto de vista econômico, existe um problema que abrange a Depreciação, este consiste em estabelecer uma quota-valor, fixa ou variável, para ser considerada como elemento do custo de produção ou como dedução dos lucros apurados anualmente, que resulte na acumulação de provisões para gerar fundos

que tenham capacidade de manter o capital investido em instalações industriais em condições de trabalho eficiente, mediante oportunas substituições, ou restabelecer os fundos de capital-valor correspondente às instalações consumidas (HERRMAN JUNIOR, 1974).

1.5. A depreciação e seus reflexos na apuração de custos de produtos industrializados;

A garantia de sustento econômico e financeiro é elemento essencial para garantir o sucesso da organização, para isso é necessário que a empresa defina uma política realista, focada no mercado e suas condições, em taxas de juros e preço de produtos e serviços, que resguarde no mínimo itens como, custos operacionais e financeiros, inflação, riscos intrínsecos ao negócio — inadimplência, perdas e roubos — depreciação e geração de capital excedente para investimento e expansão do negócio (ANTONIK, 2004).

Para os contadores responsáveis pela área de custos de uma empresa, a Depreciação pode ser considerada de duas maneiras, e determinada de acordo com área em que é aplicada, podendo ser classificada como custo direto ou como custos indiretos, dependendo do uso das máquinas e equipamentos e de quais produtos estes produzem.

Na Teoria da Contabilidade de Custos, é evidenciado que,

“Custos Diretos são aqueles que podem ser apropriados diretamente aos produtos fabricados, porque há uma medida objetiva de seu consumo nesta fabricação [...] exemplo: depreciação de equipamentos [...] Custos indiretos dependem de cálculos, rateios ou estimativas para serem apropriados aos diferentes produtos [...] exemplo: depreciação de equipamentos que são utilizados na fabricação de mais de um produto”. (NEVES E VICECONTI, 2003b, p. 17)

Os custos diretos são aqueles atribuídos diretamente à produção, ou seja, desgaste de maquinários da produção, mão-de-obra direta, energia elétrica, entre outros que podem ser alocados a cada produto fabricado sem precisar utilizar formas de rateios para serem encontrados. Os custos indiretos, também estão ligados diretamente à produção, porém são aqueles que precisam de cálculos de rateios para ser obtidos e inclusos a cada produto. Ao analisar a Depreciação, pode-

se considerá-la um custo direto, quando esta estiver sido aplicada a um maquinário que produz apenas um tipo de produto. Ficando assim, estimada como custo indireto se for empregada a equipamentos utilizados para produzir diversos tipos de produtos.

NEVES A. (1981, p. 57) afirma que “o valor da depreciação do equipamento industrial representa o desgaste desse equipamento ocorrido na fabricação do produto”. A depreciação dos maquinários e equipamentos de uma empresa ocorre lentamente e muitas vezes seus custos não são levados em consideração pelo empresário. Mas estes constituem uma realidade que se manifesta no instante em que se torna necessário a reposição dos equipamentos, que se desgastaram no processo produtivo, ou que ocasionado pelo progresso tecnológico se tornaram obsoletos e incapazes de oferecer condições de uso e produtividade em nível encontrado no mercado, pois é importante lembrar que o que torna uma empresa competitiva é sua capacidade de explorar as potencialidades do mercado em que opera através do uso adequado de equipamentos e recursos humanos. (ANDRADE, 2003).

Ao se tratar do valor das depreciações relacionadas ao custo de produção, as opiniões são divididas, pois enquanto alguns industriais consideram as depreciações como elemento do preço de custo, outros a consideram como dedução dos lucros do exercício (HERRMAN JUNIOR, 1974), considerando que desta forma ela é tratada por alguns como gastos referentes aos custos de fabricação do produto, cujo retorno se torna imprescindível à empresa, por isso são considerados importantes elementos do preço de venda; e outros a tratam como uma despesa operacional, ligada à atividade principal da empresa, porém, lançada apenas para diminuir o lucro tributável a fim de reduzir a carga tributária paga pela empresa.

Porém, é de extrema relevância salientar que, segundo MONDEN (1999, p. 195) “a prática contábil dita que as estimativas de custos não podem utilizar os custos de aquisição de equipamento, com base no valor de aquisição de equipamento, mas com base no valor da depreciação do equipamento existente”, ficando assim alocadas aos produtos como custo, apenas as taxas de depreciação aplicadas aos equipamentos durante cada exercício. A depreciação como custo de produtos deve ser vista como

“[...] um custo que não exige, entretanto, pagamento (desembolso) imediato, assumindo normalmente prazos

longos, seu valor, juntamente com o lucro líquido apurado pela empresa, forma um fluxo contínuo de recursos denominado fluxo de caixa decorrente das operações [...]”. (ASSAF NETO, 2002, p. 141)

proporcionando à empresa ficar com os recursos obtidos através das vendas (no qual se apresenta no preço de venda os custos aos quais estão alocada a depreciação, despesas e lucro) no caixa da empresa.

Assim, em se tratando de equipamentos, é imprescindível manter elevados níveis de utilização, estabelecendo metas e derivando delas as taxas de depreciação que serão utilizadas para fazer parte dos custos dos produtos gerados, de tal forma a garantir os recursos capazes de auxiliar a reposição dos equipamentos (ANDRADE, 2003), para que a empresa consiga produzir com altos níveis de qualidade, sem oscilação de produção causada por falhas em maquinários e se manter competitiva no mercado.

2. As Empresas de Calçados de Franca e sua relação com a depreciação

Neste capítulo será feito um breve histórico das empresas de calçados da cidade de Franca, bem como sua estrutura produtiva, evidenciando dados da indústria, de forma a dar ênfase ao seu imobilizado. Também será conhecida a influência da depreciação na determinação dos custos dos produtos e seu repasse ao preço de venda, verificando se a depreciação tem participação frente a renovação da máquinas e equipamentos nas empresas de calçados de Franca.

2.1. Breve histórico das empresas, estrutura produtiva de calçados e sua constituição em relação ao imobilizado

A cidade de Franca tem como principal atividade econômica o calçado e seus componentes, cuja produção é voltada em sua grande maioria para o público masculino (84%), embora haja produção de calçado femininos (14%) e infantis (2%). O setor calçadista de Franca é constituído atualmente por 760 indústrias, das quais 13 são consideradas grande porte, 65 consideradas de médio porte, 130 são classificadas como de pequeno porte e 552 são consideradas micros empresas, que

geram 16,9 mil empregos com o piso salarial de R\$ 485,00 por mês¹. A classificação das empresas em relação ao seu porte (grande, médio, pequeno e micro) é feita baseada no número de seus funcionários. Assim, são ditas micro empresas as que empregam de 0 (zero) a 19 (dezenove) funcionários, as empresas de pequeno porte são as que empregam de 20 (vinte) a 99 (noventa e nove) funcionários, as empresas de médio porte são assim classificadas por possuírem de 100 (cem) a 499 (quatrocentos e noventa e nove) funcionários e as de grande porte são assim consideradas por possuírem acima de 500 (quinhentos) funcionários². Segundo dados do Sindicato da Indústria de Franca (2008) a capacidade instalada de produção das Indústrias de Franca é de 37.200.000 pares/ano, onde os principais produtos são sapatos de couro masculino/feminino, adulto e infantil, botas de couro masculino/feminino, adulto e infantil e tênis de couro, lona e náilon.

O pólo calçadista de Franca tem a estrutura produtiva de um *cluster*, que segundo Porter *apud* Tristão (2000, p. 29) é uma concentração geográfica de companhias e instituições num setor específico. Os *clusters* englobam uma gama de empresas e outras entidades importantes para a competição, incluindo, por exemplo, fornecedores de matéria-prima, componentes, maquinários, serviços e instituições voltadas para o setor. Podem se estender verticalmente e horizontalmente na cadeia produtiva. A cidade de Franca possui, em seu *cluster*, além das fábricas de calçados, indústrias que produzem insumos (adesivos, solados, curtumes, máquinas e equipamentos, matrizes), agentes de mercado interno e externo e instituições incentivadoras que procuram disseminar inovações tecnológicas para as empresas e possuem cursos de capacitação e qualificação para funcionários.

Nos anos 90, as empresas de Franca, principalmente as de grande porte, consideradas como estruturas pesadas e defasadas em termos tecnológicos, sofreram uma grande pressão competitiva, que para sobreviverem e se manterem no mercado, não poderiam continuar com sua estrutura tradicional, tendo que reorganizar-se por meio de uma reestruturação interna (máquinas, estruturas

¹ Dados do Sindicato da Indústria de Franca. Disponível em <http://www.sindifranca.org.br/arquivos/1199797433_Resenha-Estatistica-Novembro--2007.xls> Acesso em 19/02/2007.

² Fonte: Censo Indústria Calçadista de Franca – Uni-FACEF/IPES – Setembro 2005 APUD Sindicato da Indústria de Franca. Disponível em <http://www.sindifranca.org.br/arquivos/1199797433_Resenha-Estatistica-Novembro--2007.xls> Acesso em 19/02/2007.

hierárquicas, técnicas organizacionais entre outras) e externa (fornecedores, governo etc) (BRAGA FILHO, 2000).

Assim, as empresas grandes externalizaram parte importante de sua produção para fornecedores diretos e esses para os pequenos e médios fornecedores. Deste modo, desenvolveu-se todo um segmento de pequenas e médias empresas que tem sua produção voltada orientada para as grandes empresas (DEDECCA *apud* BRAGA FILHO, 2000,170). De acordo com Dados do Sindicato da Indústria de Franca, as pequenas e médias empresas são a maioria Por possuir um maior número de pequenas e médias empresas e estas necessitarem de comprar maquinários para iniciar suas atividades, pode-se dizer que a Indústria Calçadista de Franca encontra-se relativamente atualizada, entretanto já existe tecnologia mais moderna disponível no mercado, porém ainda distante da realidade das indústrias locais. O custo benefício das máquinas mais modernas não traz uma relação satisfatória ao pequeno e médio empresário. (INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA, 04/03/2008).

3. Os Reflexos da Depreciação frente à Renovação Tecnológica nas Empresas de Calçados de Franca

3.1. Metodologia

Após a pesquisa teórica, serão realizadas visitas em empresas que fabricam máquinas e equipamentos para as empresas de calçados, visando conhecer através da ótica destas empresas qual a produção de calçados na cidade de Franca, o tempo de vida útil dos maquinários, a renovação dos maquinários e a causa desta renovação, bem como o respeito à vida útil do bem estabelecido por parte dos empresários.

Em um segundo momento será realizado uma pesquisa de campo para conhecer o perfil da indústria de calçados no tocante à apuração e registro do desgaste de suas máquinas e equipamentos e com que freqüência o seu imobilizado está sendo modernizado ou renovado nos últimos dez anos. Como técnica de coleta de dados foi escolhido o questionário, que será respondido pelos empresários ou dirigentes das empresas, cujos resultados serão tratados de forma qualitativa, pois o trabalho busca conhecer conceitos e características situacionais.

3.2. Resultados Preliminares

Foram realizadas visitas, com intuito de entrevistar duas empresas que produzem maquinários para as empresas de calçados da cidade de Franca. Por meio destas visitas pôde-se apurar os seguintes resultados.

De acordo com os entrevistados, o tempo de vida útil estimado para os maquinários utilizados na produção de calçados as opiniões foram divergentes, pois uma das empresas entrevistadas estimou o tempo de vida útil para os equipamentos de 5 a 10 anos, e a outra estimou a vida útil acima de 10 anos.

Em relação ao motivo pelo qual as empresas de calçados são levadas a renovar seus maquinários a opinião dos fabricantes de equipamentos também foram divergentes, pois uma delas disse que a renovação de maquinários acontece em sua maioria devido a novas tecnologias lançadas no mercado, seguida da decorrência do desgaste das máquinas e por fim devido a baixa produtividade, a segunda empresa, informou que de acordo com sua visão, a renovação dos maquinários acontece primeiramente devido a baixa produtividade, depois por falta de qualidade e por fim por causa de novas tecnologias.

Questionados sobre o respeito por parte dos empresários em renovar seus maquinários de acordo com a vida útil estipulada pelas indústrias de maquinários as duas empresas foram enfáticas em suas respostas, negando que ocorra renovação de maquinários conforme a vida útil estipulada pelas empresas produtoras de máquinas e equipamentos.

De acordo com a pesquisa realizada com duas empresas de máquinas e equipamentos para a indústria de calçados, pôde-se notar divergências nas respostas de ambas. As respostas obtidas nesta pesquisa serão confrontadas com as respostas da pesquisa que será realizada junto às empresas de calçados, para investigar o reflexo da depreciação na renovação tecnológica de seu imobilizado.

O próximo passo será a elaboração do questionário para envio às empresas calçadista de Franca. E a partir das respostas obtidas, será feito um confronto das respostas das empresas de calçados, com as respostas das indústrias de maquinários e com os conceitos discutidos no referencial teórico, para traçar o perfil da indústria calçadista no tocante à apuração e registro do desgaste de suas máquinas e equipamentos, o reflexo no preço de venda; qual o tempo de vida útil é

aplicado, se é aquele determinado pelos engenheiros ou pela legislação do imposto de renda; e qual a frequência o seu imobilizado está sendo modernizado ou renovado nos últimos dez anos.

Assim, dentre os vários aspectos ressaltados, o presente trabalho visa concluir a importância do registro da depreciação como uma informação contábil para muito além de um mero cumprimento da legislação, mas sim como elemento importante para a eficácia da gestão empresarial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Afrânio A. **Custos e Preços**: uma estratégia para pequenas e médias empresas. 1 ed., 2003. Disponível em <<http://www.softbrasil.srv.br/Arquivos/Visual/CUSTOS%20E%20PREÇOS.PDF>>.

Acesso em 12/11/2007.

ANTHONY, Robert N. **Contabilidade Gerencial**: introdução à contabilidade traduzido por Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Atlas, 1972.

ANTONIK, Luis Roberto. **A Administração Financeira das Pequenas e Médias Empresas**: ferramentas financeiras simples auxiliam na gestão da empresa e orientam a tomada de decisões. Revista FAE Business. n. 8., maio 2004.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 7ª Ed. São Paulo: Atlas 2002.

BITTENCOURT, Ana Carolina Esteves dos Passos. MAGALHÃES, Arthur Olivares de. MELLO, Gilmar Ribeiro de. **Depreciação: analisando os livros de contabilidade para iniciantes**. Disponível em

<<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos32006/310.pdf>> Acesso em 15/05/2007

BRAGA FILHO, Hélio. **Globalização em Franca: a reorganização industrial e econômica informal**. Dissertação de Mestrado, Uni-FACEF, 2000.

BRIGHAM, Eugene F. GAPENSKI, Louis C., EHRHARDT, Michael C.. **Administração Financeira**: Teoria e Prática. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BUARQUE, Cristovam. **Avaliação Econômica de Projetos**. 12 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

CAMPIGLIA, Américo Oswaldo. CAMPIGLIA, Oswaldo Roberto P.. **Controles de Gestão**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

CREPALDI, Silvio Aparecido de. **Curso Básico de Contabilidade**. 1 ed: São Paulo: Atlas, 1995.

GROPPELLI, A.A.. NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. 3 ed., São Paulo: Saraiva, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7 ed. São Paulo: Harbra, 1997

GONÇALVES, C. de G.. **Administração de Imobilizado enfocando a depreciação**. *UNOPAR Cient., Ciênc. Jurid. Empres.*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 67 – 76, set. 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S.. VAN BREDA, Michael F.. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERRMAN JUNIOR, Frederico. **Custos Industriais: organização administrativa e contábil das empresas industriais**. 7 ed.. São Paulo: Atlas, 1974.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 2 ed.. São Paulo: Atlas, 1987.

_____, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável também às demais sociedades**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 1 ed., São Paulo: Atlas, 1988

_____, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 13 ed., São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, Aparecida. FILHO, João Pizysieznig. **Conceitos Fundamentais para a Determinação da Obsolescência Tecnológica de Equipamentos**. In: XXII Simpósio de Gestão e Inovação Tecnológica. 2002, Salvador.

MONDEN, Yasuhio. **Sistemas de Redução de Custos: custo-alvo e custo kaizen**. Porto Alegre: Bookman, 1999.

NEVES, Adalberto Ferreira das. **Sistemas de Apuração do Custo Industrial**. São Paulo: Atlas, 1981.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Curso Prático de imposto de Renda Pessoa Jurídica**. 8 ed. São Paulo: Frase, 2001.

_____, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 7 ed. São Paulo: Frase, 2003.

OLIVEIRA, Álvaro Guimarães. **Contabilidade Financeira**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Curso Básico Gerencial de Custos**. São Paulo: Thompson, 2003.

PIZZOLATO, Nélio Domingues. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. 2 ed., São Paulo: Makron Books, 2000.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Saraiva, 2005.

TRISTÃO, Hélcio Martins. **Cluster e a cadeia produtiva de calçados de Franca**. 1 ed. Franca: FACEF-Franca, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS – Nº 6404/76 Disponível em
<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=lei6404cap15>>. Acesso em
25/02/2008.

INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA. 2000. Disponível em
<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/rs_7_ao1.pdf>. Acesso em
04/03/2008.